



JUL-04

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Brasília, 19 de julho de 2019.

GOVERNO BOLSONARO MIRA O FIM DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

Nesta semana, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, lançou o projeto FUTURE-SE, sob a farsa da má gestão e libertar as universidades para captar recursos privados para financiar as instituições federais de ensino superior, sendo que as fundações já exercem essa atividade. No entanto, para poder receber recursos, as universidades e institutos federais deverão abrir mão da autonomia universitária e mudar sua função para lógica da iniciativa privada, transformando-se em uma empresa lucrativa antagônica a lógica constitucional dos objetivos das instituições. Para tanto, a base do conceito do projeto funda-se em três eixos: empreendedorismo, gestão e internacionalização.

O eixo empreendedorismo tem como foco alterar o conceito de educação superior como espaço de produção do conhecimento, baseado na universalidade que representa e centrado no tripé-ensino-pesquisa-extensão. Substitui esse pensamento por um conceito produtivista de linha de produção em série, impondo ao ensino superior conceitos como meta, produtividade e venda de serviços, bem como poderá vender o direito de nomear uma parte de um bem móvel ou imóvel. Para além de outros ataques, o conceito de empreendedorismo, consolida-se também a entrega do patrimônio público a entidades de direito privado chamadas Organizações Sociais (OSs). Estas OSs fariam a gestão das instituições e podem ser contratadas sem nenhuma forma transparente de chamamento público.

A FASUBRA já tem definição de ser contra OSs, e fundacional, justamente pela falta de participação democrática e voltada para interesses privados, apresentando a proposta de entrega das IFES para o mercado, o que foi chamado de projeto de publicização das universidades, em 1994.

As universidades também foram alvos de ataques dos governos que o sucederam e foi criada e consolidada a EBSERH, a cobrança de mensalidades em cursos de pós-graduação *latu-sensu* e projetos como a lei de inovação tecnológica. As diversas ações dos sucessivos governos permitiram que hoje o Governo Bolsonaro esteja confortável para ampliar a política de



privatização do ensino superior público, principal responsável pela expansão e contratação de trabalhadores nas IPES, transformando-o num balcão de negócios.

Citada na fala do ministro como uma experiência exitosa, a EBSEERH, na visão da FASUBRA Sindical, não é uma experiência positiva, pois tira a autonomia dos hospitais das universidades, além de causar uma série de conflitos de regime de trabalho dentro destes espaços.

Soma-se às mazelas do projeto o cenário de cortes de verbas da educação, fim dos concursos públicos, liberação da terceirização em massa e a reforma trabalhista. A combinação desses fatores aponta para a extinção do Regime Jurídico Único (RJU) e abrem caminho para facilitar o projeto de fim da estabilidade do funcionalismo, apresentado por senadores do partido do presidente. Também teremos servidores realizando a mesma função, com salários, condições diferenciadas, além da sobrecarga de trabalho, criando problemas nas relações interpessoais.

Para tanto, o projeto autoriza, inclusive, que as OSs ditem os nossos padrões de conduta e comportamento! Uma verdadeira afronta ao movimento e à organização dos trabalhadores e trabalhadoras, tratando-nos simplesmente como meros robôs que não podem pensar, nem refletir sobre a universidade e seu papel social.

Essa visão dos trabalhadores em educação é nítida no documento todo do MEC. Somente parte dos docentes que atuam em áreas de interesse comercial e industrial é quem poderão ser beneficiados com o projeto, como destacado nos anúncios públicos sobre o Future-se em que uma das argumentações, voltada para os empresários foi a que os professores poderão se tornar “ricos”. Cria-se assim, um abismo gigante entre os próprios docentes de áreas diferentes e amplia as contradições já existentes com os invisíveis técnico-administrativos.

Para poder consolidar essa barbárie, o Governo propõe, inclusive, que as chaves das decisões políticas sejam entregues a essas OSs, retirando a comunidade acadêmica desta disputa e entregando às OSs e a um “Comitê Gestor” a definição e os critérios de quem poderá se candidatar a reitor (a) e aos cargos de direção.

É o fim da autonomia universitária, rumo para o fim do financiamento público da educação superior, que dilapida o patrimônio público e representa o enxugamento dos quadros dos TAE, visando sua extinção, entre uma série de ataques. Ou seja, representará o fim da educação superior pública, gratuita, de qualidade, laica e baseada no tripé ensino-pesquisa-extensão.



JUL-04

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Para se disfarçar de democrático, o projeto irá passar pela consulta pública até o dia 07 de agosto, período este justamente em que as universidades e institutos federais estão em recesso/férias, evitando de maneira proposital debate no âmbito acadêmico. Além disso, destaca-se que os técnico-administrativos sequer são considerados pelo governo como setor, uma vez que as “contribuições” ao projeto deverão ser feitas de maneira virtual em formulário eletrônico que apresenta como sujeito de opinião “estudante”, “professor do público e privado” “empresário” e “outros”.

O que ministro da Educação não sabe é que esses “outros” são justamente parte integrante da comunidade acadêmica que exercem diariamente sua contribuição para o desenvolvimento da produção do conhecimento. Nós TAEs pensamos todos os dias a universidade, seu propósito, suas finalidades, suas rotinas, atividades e serviços. Nós imprimimos nossas marcas invisíveis em cada ação, em cada pesquisa, em cada aula, em cada atividade de extensão.

Mais do que entregar nossos corpos e mentes para estar a serviço da educação pública, a FASUBRA tem um projeto de universidade cidadã que visa justamente um ambiente plural e público. Sob estes eixos, a FASUBRA se propôs a organizar, junto com as entidades da educação, um Grupo de Trabalho para unificar as produções dos diversos setores em uma elaboração coletiva mais ampla, para além da nossa Federação, com a lógica constitucional do financiamento público. O objetivo é fazer a disputa ideológica do conceito de universidade, propiciar o debate e barrar o projeto de Bolsonaro e seu ministro entreguista e subserviente ao capital externo de pôr fim à universidade pública.

Para dar cabo a essa ação, a FASUBRA tem se reunido com as entidades da educação para ampliar o debate sobre o Future-se por meio da construção de um grupo de trabalho que irá aprofundar as avaliações do projeto e organizar um seminário sobre o tema, com foco na construção de um projeto alternativo de educação superior pública. A FASUBRA pretende atualizar o projeto Universidade Cidadã e construir um calendário unificado de lutas e mobilizações contra o Future-se, em defesa da educação, contra a lógica empresarial do projeto já apelidado de Future-se.

Frente a mais este ataque a DN da FASUBRA orienta:



JUL-04

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

- Construção e participação de comitês ou fóruns unificados entre os segmentos da comunidade acadêmica e das cidades e estados com as diversas categorias para organizar as mobilizações de 06 e 13 de agosto;
- Paralisação no dia 06 de agosto com ato nas cidades, nos estados e em Brasília;
- Participação e apoio na organização da vigília em Brasília, pela direção em plantão;
- Manter a pressão aos parlamentares nos aeroportos na primeira semana de agosto;
- Entidades de base próximas a Brasília participem da vigília da votação da reforma de previdência (6/08);
- Greve da educação no dia 13 de agosto - Luta em defesa da educação e contra a reforma da previdência;
- Continuar com as campanhas de agitação da denúncia contra a reforma da previdência com a coleta de assinatura dos abaixo-assinados, bem como via redes sociais e outdoors, dos parlamentares que votaram a favor da PEC-06/19.

REUNIÃO COM ANDIFES DISCUTE O PROJETO DO MEC FUTURE-SE

A FASUBRA Sindical e o ANDES-Sindicato Nacional, reuniram-se na última quarta-feira, 17, com a Andifes, para avaliar o projeto "Future-se". Os diretores da federação apresentaram o posicionamento de que a proposta do governo é o total desmonte das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e a entrega para o mercado por meio de Organizações Sociais (OSs). Além disso, acaba com os concursos públicos, retoma a mesma metodologia da contratação feita pela EBSERH, ampliando a terceirização. Também foi colocado que já existe no Congresso o Projeto de Lei (PL) do fim da estabilidade que, em consonância com o Future-se, prevê que as OSs definam os padrões de conduta e comportamento dos trabalhadores em educação, o que será o fim da contratação por concurso público e do Regime Jurídico Único (RJU). Essa proposta apresentada acarretará sérios problemas nas relações interpessoais dos servidores que realizaram a mesma função, com salários e condições diferenciadas de trabalho. A Andifes, por



JUL-04

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

meio de seu presidente, Reinaldo Centoducatte, informou que a proposta apresentada pelo MEC ainda será avaliada por um grupo de trabalho a ser criado pela entidade. Disse ainda que convidará o ministro da Educação para a próxima reunião do pleno da Andifes e que fará ações junto ao Parlamento para que possam intervir na proposta que passará pela avaliação e votação dos deputados e senadores. A DN da FASUBRA solicitará uma nova reunião com a ANDIFES e as entidades da educação para articular ações conjuntas que possam barrar o projeto do MEC.

MANIFESTO EM DEFESA DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E GRATUITO

A educação no Brasil vem enfrentando grandes ataques por parte do governo federal: cortes financeiros que ameaçam o tripé da universidade brasileira (ensino, pesquisa e extensão), desvalorização do trabalho dos docentes e dos técnico-administrativos, campanhas difamando o papel de escolas, institutos federais e universidades, perseguição a professores e cientistas. Apesar do papel estratégico das instituições de ensino para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país, assim como para a formação de qualidade e a oferta de serviços necessários para a sociedade brasileira, o atual governo escolheu a Universidade como inimiga de sua gestão. Nos últimos dias, a grande imprensa vem noticiando sobre um projeto de reforma da “autonomia financeira” para a educação superior pública federal imposta pelo Ministério da Educação. Embora as informações ainda sejam difusas, trata-se do maior e mais profundo ataque à autonomia das instituições de ensino, abrindo caminho para a privatização do ensino superior e cobrança de mensalidades. Trata-se de mais um passo rumo à destruição de todo nosso sistema educacional.

Em uma só medida, Bolsonaro e Weintraub pretendem: a) desresponsabilizar o Estado na garantia do financiamento da educação superior, aprofundando os cortes e contingenciamento já iniciados; b) pôr fim à carreira pública de servidores federais da educação, estimulando a concorrência perversa com novos ingressos pelo sistema de contratação privada, sem qualquer garantia ou estabilidade de emprego; c) reverter a democratização da universidade que permitiu



nos últimos 15 anos a entrada de milhares de estudantes de segmentos historicamente excluídos, como pobres, negros, índios, mulheres.

É importante ressaltar que os cortes nos orçamentos das universidades atingem não apenas o ensino, mas também o desenvolvimento científico de pesquisas que, por exemplo, contribuem para o descobrimento de vacinas, medicamentos e a produção de alimentos, assim como a extensão da universidade, por meio da qual estudantes, professores e técnicos prestam serviços para as comunidades (por exemplo, hospitais universitários e escolas). Esses ataques contra as instituições de ensino superior fazem parte de um projeto político que mata os sonhos da juventude brasileira e o futuro do país ao destruir serviços públicos e retirar direitos sociais. Parte desta mesma agenda é a Reforma da Previdência que, após ser aprovada em primeiro turno, será votada em 6 de agosto.

Diversas universidades já alertaram que não conseguem chegar ao próximo semestre se os cortes não forem revertidos. Agências de fomento não conseguirão pagar as bolsas de estudos de pós-graduação. A UFMT, por exemplo, teve sua energia elétrica cortada, significando que aulas não serão dadas, pesquisas não serão concluídas e a prestação de serviços será prejudicada. Além disso, estudantes que dependem de políticas públicas não conseguirão permanecer na universidade.

A política que Bolsonaro e seu ministro vem apresentando caminha na contramão da valorização do Ensino Superior. Países desenvolvidos investem em educação e ciência públicas e em momentos de crises financeiras contribuem para a retomada do desenvolvimento brasileiro. Enquanto anuncia cortes na educação e ciência, o governo triplica o orçamento para propaganda do governo, compra parlamentares para aprovação de seus projetos e permite o gasto de mais de R\$ 1 bilhão de reais por dia para o pagamento de juros da dívida pública brasileira.

Diante desse cenário, precisamos estar atentos e preparados na resistência e em defesa da educação e da ciência públicas. Precisamos mobilizar cada vez mais a sociedade para lutar contra as medidas do governo Bolsonaro, dentre elas a sua tentativa de destruir a Previdência Pública por meio da PEC 6/2019 e a Educação Pública por meio de cortes orçamentários e do novo Programa Ministerial.



JUL-04

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Em defesa da educação pública e gratuita conclamamos a todos e todas para a construção da Greve Nacional da Educação em 13 de agosto. Também destacamos a necessidade de uma Greve Geral para derrotar a política de privatização dos serviços públicos e a destruição dos direitos e conquistas da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

Em defesa da educação pública e gratuita! Contra a privatização e os cortes nos investimentos em educação! Construir a Greve Nacional da educação em 13 de agosto! Combater a retirada de direitos e a destruição dos serviços públicos!

Assinam: ANDES-SN, ANPG, CNTE, FASUBRA, FENET, PROIFES, SINASEFE, UBES e UNE

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA EDUCAÇÃO EM 19 DE JULHO

Repasse dos encaminhamentos da reunião das entidades da educação dia 19/07 presentes: SINASEFE, ANDES, FASUBRA, FENET, UBES E Proifes.

- Semana de mobilização do dia 05 a 08 de agosto (possível votação da reforma da previdência);
- Produzir material conjunto de divulgação do dia 13/08;
- GT para debate do Future-se- entidades indicar responsáveis;
- Atividades de pressão e articulação no Congresso;
- Campanha contra Bolsonaro e Weintraub- inimigos da Educação
- Debate e construção de greve nacional da educação;
- Construção de jornada de lutas- paralisações semanais ou greve por tempo determinado (uma semana);
- Orientar a formação de Comitês de Mobilização;
- Marcar coletiva de imprensa no Rio de Janeiro na semana que vem e já vislumbrar outra para a semana do 05 a 09 de agosto.
- Dia 05- ato nos aeroportos e participar da conferência nacional de saúde;



JUL-04

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

- Dia 06 - paralisação e atos das centrais nos estados, em Brasília vigília;
- dia 07- audiência pública do Future-se e protocolar contraproposta ou carta de rejeite do Future-se no MEC;
- Dia 13/08 - paralisação, atos e ações contundentes em defesa da educação;
- Dia 14/08 - marcha das Margaridas;
- Dia 15/08- Nova reunião das entidades da educação para avaliar as mobilizações e planejar os próximos passos, às 10h, na FASUBRA;

FASUBRA ORIENTA AS ENTIDADES A PARTICIPAREM DA 16ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

No período de 04 a 07 de agosto, em Brasília, será realizado o maior evento de participação social no Brasil. Organizada pelo Conselho Nacional de Saúde e realizada pelo Ministério da Saúde, a Conferência, nesse momento da conjuntura, traz como tema principal - Democracia e Saúde e os eixos temáticos: Saúde como direito, consolidação dos princípios dos Sistema Único de Saúde (SUS) e financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, a DN da FASUBRA solicita que as entidades de base enviem o mais rápido possível, o quantitativo de delegadas e delegados eleitos para esta conferência. Antecedendo a conferência a Federação pretende realizar uma reunião para definir estratégias para atuação durante a realização da Conferência.

FASUBRA REALIZARÁ O ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES

Com a compreensão de que as mulheres devem exercer seu protagonismo na luta de classe e retomando sua orientação para o fortalecimento da política aprovada em seu planejamento, a Direção da FASUBRA realizará, no período de 12 a 14 de agosto de 2019, o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, que ocorrerá simultaneamente ao período de realização da Marcha das Margaridas, atividade que já está incorporada ao calendário da Federação. A ideia é aproveitar o espaço e diminuir custos para as entidades que já acataram a orientação de enviar



JUL-04

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

representantes para a Marcha das Margaridas. Para tal, orienta todas as entidades de base a enviarem o máximo possível de mulheres para participar desse importante evento. Enviaremos posteriormente a programação.

NOTA DAS CENTRAIS SINDICAIS – OS PRÓXIMOS PASSOS DA LUTA

Reunidas no dia 18 de julho de 2019, em São Paulo, as Centrais Sindicais consideraram que o conteúdo do Projeto de Reforma da Previdência Social, aprovado em 1o turno na Câmara dos Deputados, prejudicará fortemente os trabalhadores, retardando e impedindo o acesso à previdência para muitos, arrojando os valores do benefício de todos, além de outras mazelas. As lutas e mobilizações realizadas até aqui foram de grande importância. A luta continua e, por isso, é fundamental ampliar a mobilização, fortalecer e ampliar nossa unidade.

As Centrais Sindicais convocam as direções e a militância sindical para o encaminhamento unitário das ações, abaixo relacionadas, para as próximas semanas, no sentido de ampliar as mobilizações, o esclarecimento junto aos trabalhadores sobre os impactos da reforma e a atuação no âmbito do Congresso Nacional e nas bases dos parlamentares.

Calendário de mobilizações e lutas:

- 06 de agosto, Dia de mobilização nos Estados e em Brasília (data provável para iniciar/concluir votação do projeto em 2o turno na Câmara dos Deputados).
 - 13 de agosto, Dia nacional de mobilização, paralizações, protestos e manifestações, com atividades nas cidades, nos locais de trabalho e atos unificados.
 - 13 de agosto, participar e fortalecer a Marcha das Margaridas, Brasília.
 - Atividades de mobilização para os dias 06 e 13 de agosto:
- o 19 a 26 de julho, semana de mobilização nos locais de trabalho, nos ramos, cidades e estados, preparando os eventos dos dias 06 e 13 de agosto nas bases e a participação na Marcha das Margaridas.



JUL-04

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

- o 29 de julho e 02 de agosto, semana nacional de coleta de assinaturas no abaixo-assinado e aumentar a pressão nas bases dos parlamentares.
- o 05 a 12 de agosto, semana de atuação na Câmara dos Deputados frente ao 2o turno da votação.
- Apoiar a mobilização em defesa do SUS, 05/08, Brasília.



CALENDÁRIO

JULHO

25 Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana Caribenha

AGOSTO

04 a 07 Conferência Nacional de Saúde – Brasília/DF

6 Grande Mobilização Nacional: Realizar atos, paralisações e manifestações em Brasília e nos Estados contra a reforma da Previdência

13 Greve Nacional da Educação e contra a reforma da Previdência

12 a 14 Encontro Nacional de Mulheres - Brasília/DF

13 e 14 Marcha das Margaridas - Brasília/DF